

Senado pode atrasar acordo para dívida

Os senadores poderão frustrar a expectativa do Governo de ver aprovado o acordo para reescalonamento dos juros atrasados da dívida externa esta semana, antes que o presidente Fernando Collor inicie na segunda-feira sua viagem aos Estados Unidos. Embora o parecer entregue ontem à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado pelo relator Ronan Tito (PMDB-MG) seja favorável aos termos do acordo, sua aprovação poderá ser retardada a pedido de cinco senadores, que não se sentem suficientemente esclarecidos sobre a questão.

O presidente da Comissão, Raimundo Lira (PMDB-PB), articulou para hoje uma nova reunião da comissão, desta vez secreta, para que o negociador oficial da dívida, embaixador Jório Dauster, possa revelar aos senadores a real capacidade de pagamento do País, inclusive o nível atual das reservas internacionais. Ao prestar todos os esclarecimentos pedidos pelos senadores, Lira espera a aprovação do acordo hoje na Comissão de Assuntos Econômicos e até quinta-feira no plenário do Senado. "Ainda acreditamos que será possível garantir a aprovação do acordo nesta semana", afirma Lira, um fiel aliado do governo.

Demonstração

O esquema articulado como governo por Raimundo Lira previa que o relatório de Ronan Tito seria aprovado ainda na manhã de ontem na Comissão. A avaliação do plenário estava prevista para a tarde de hoje. Desta forma, o presidente Collor teria uma boa notícia a levar ao presidente norte-americano, George Bush, no encontro marcado para a próxima semana. "A aprovação do acordo no Senado, às vésperas da viagem do presidente Collor aos Estados Unidos, seria a melhor demonstração de que o Brasil quer se inserir definitivamente na comunidade financeira internacional", argumentou o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira.

Para evitar que o acordo fosse aprovado a toque de caixa, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP), Coutinho Jorge (PMDB-PA), Moisés Abrão (PDC-TO) e Rui Barcelar (PMDB-BA) se valeram de um artifício regimental: pediram vistas no parecer de

Ronan Tito, o que pode retardar em cinco dias a sua votação na Comissão. "Não podemos aprovar os termos do acordo sem que algumas questões fundamentais, como a real capacidade de pagamento do País, sejam esclarecidas", argumentou Suplicy.

Assim como os demais senadores, Suplicy manifestou dúvidas sobre se o acordo respeitava algumas determinações previstas na Resolução 82, do Senado, que fixa os parâmetros para a negociação da dívida. A primeira prevê que os desembolsos de juros respeitarão a capacidade de pagamento do País, determinada pelo superávit fiscal do Governo, as reservas internacionais e os financiamentos externos para o setor público. A segunda proíbe o governo brasileiro de arcar com as despesas de viagem, hospedagem e contratação de serviços advocatícios do comitê de bancos credores durante as negociações.

Garantia

Jório Dauster e o presidente do Banco Central, Francisco Gros, que foram à Comissão esclarecer dúvidas dos senadores em relação à negociação externa, garantiram que os termos do acordo respeitam estritamente a Resolução 82. Mas não quiseram revelar qual a exata capacidade de pagamento do País, argumentando que se trata de um dado sigiloso, que só poderia ser dado ao conhecimento dos senadores em sessão secreta. Quanto ao pagamento das despesas do comitê, Dauster argumentou que a Resolução 82 só proíbe expressamente os gastos com passagens e hospedagem, mas não veda aqueles com serviços de escritórios de advocacia.

O acordo da dívida prevê o reescalonamento de quase US\$ 9 bilhões de juros atrasados pelo Brasil em 1989 e 1990. Pela proposta, o País paga até US\$ 2 bilhões este ano em dinheiro. A primeira parcela, de US\$ 900 milhões, seria liberada aos bancos 10 dias depois da ratificação do acordo pelo Senado. Os restantes US\$ 1,1 bilhão serão divididos em sete parcelas, a serem pagas até o final do ano. A parcela remanescente de US\$ 7 bilhões dos juros em atraso será transformada em bônus, a serem laçados pelo governo brasileiro e adquiridos pelos bancos, com prazo de resgate de 10 anos, com três de carência.



O ministro da Economia depôs ontem no Senado pela primeira vez desde que assumiu o posto